

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII n° 1217 - 20/05/2013 a 26/05/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

**DÚVIDAS E
INTERROGAÇÕES**

Calcário

Ataque a
propaganda

Classificação

Raio X do Milho

Cidade

Sedenta por
matéria prima

Aos Leitores



Bom seria se neste País o produtor rural arasse a terra, plantasse e colhesse. As mesas dos brasileiros continuariam repletas, os porões dos navios continuariam lotados e a barriga do governo continuaria inchada com os dividendos das exportações de grãos. A estimativa para o Valor Bruto da Produção, neste ano, por exemplo, alcança a mais de R\$ 435 bilhões.

Mas a perseguição de forma sistêmica está a barafunda da burocracia que, diga-se a verdade, se estende à toda sociedade brasileira. É um carrapato em constante proliferação, uma sarna incontrolável. Nessa trajetória o novo Código Florestal trouxe a exigência do Cadastro Ambiental Rural – CAR, instrumento criado para cadastrar todas as propriedades rurais do país. Pela Internet, como convém em tempos modernos, cuja banda larga que acelera seu uso é como cálculo na vesícula biliar de boi. Difícil de achar.

A plataforma apresentada pelo Ibama para ser preenchida pelos produtores contém equívocos e a FAEP, com a Ocepar e Fetaep, está alertando a ministra Isabella Teixeira, do Meio Ambiente. O alerta e os problemas com o CAR, você lê nesta edição.

Índice

Calcário	03
Índios	04
Defensivos	06
História	08
Cidades	10
Cartas	13
Conseleite	14
Leite	15
Milho	16
Capa	20
Notas	26
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Arquivo FAEP, Divulgação, Fernando Santos, Milton Dória e Gilson Abreu

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso, Katia Santos e Valtemir Soares Jr. |
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Pesquisadores atacam propaganda do calcário líquido

“Descabidas, desrespeitosas com a ciência e irresponsáveis”

O Núcleo Estadual Paraná da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo divulgou nota, através da sua Comissão Especializada em Fertilidade do Solo, sobre a presença do calcário líquido no mercado. As informações que chegaram aos produtores revelam, segundo a nota, que o uso de um litro deste tipo de calcário “equivale à aplicação de 1.000 quilos de calcário; que a reação do calcário em pó aplicado no solo é de apenas 1 a 2% e que a eficiência do produto em pó é de apenas 30%, entre outras”. Os autores da avaliação, da UFPR e UTFPR/Pato Branco (*) consideraram tais afirmações “descabidas, desrespeitosas com a ciência e, no mínimo, irresponsáveis”.

É notório que o aumento expressivo da produção e produtividade da agricultura paranaense deve-se também ao uso adequado de corretivos da acidez, num mercado disputado por uma centena de empresas.

A eficiência do calcário depende da sua granulometria (tamanho das partículas) e da sua pureza química. Para se medir a reação do produto após ser aplicado no solo, foi criada uma unidade chamada Poder Relativo de Neutralização Total (PRNT). A pureza química geralmente do calcário em pó é próxima a 90%. Os valores de PRNT indicam quanto do calcário reagirá em dois anos, se todas as condições forem favoráveis. O restante leva mais tempo, mas também reagirá no solo, corrigindo a acidez e fornecendo cálcio e magnésio. “Portanto”, afirma o documento, “aplicações sucessivas de calcário, de acordo com recomendações técnicas, levam a uma eficiência de 100%, após a segunda ou terceira aplicação nos anos subsequentes”.

Assim, dizem eles, se a indústria reduzir o tamanho das partículas, permitirá maior velocidade de reação, mas não aumentará a eficiência do corretivo. A única vantagem no uso do calcário líquido é a facilitação na sua aplicação, “mas só isso”, acrescentam.

O PRNT mínimo para um calcário ser comercializado é 45% - ou de 1.000 quilos, 450 quilos devem reagir em dois anos. “Logo afirmar que somente 10% ou 20 quilos em cada tonelada (1% a 2%) reagem ao solo, não é coerente”, diz a nota do Núcleo.

O produtor deve ter o cuidado de verificar se o calcário é

adubo/fertilizante ou comercializado como corretivo de acidez. Ambos apresentados com índices diferentes de cálcio (Ca) e magnésio (Mg), mas ainda assim com eficiência muito superior ao calcário líquido.

Os pesquisadores concluem que “ não há argumentos que sustentem que o uso de um quilo de um calcário muito fino na forma de pó ou misturado a um líquido poderia substituir uma tonelada de calcário comercial para elevar o pH (grau de acidez), diminuir o alumínio (AL) tóxico e fornecer cálcio (Ca) e magnésio (Mg)”. Eles consideram que essa substituição por outra “sem comprovação científica é uma irresponsabilidade”.



*Antonio Carlos Vargas Motta, professor de Fertilidade do Solo (UFPR); Luis César Cassol, professor de Fertilidade do Solo (UTFPR/Pato Branco); e Volnei Pauletti, professor de Nutrição Mineral de Plantas (UFPR).

Índios: As denúncias de fraudes nas demarcações

Antropólogo que já atuou na Funai revela à Comissão da Câmara o “modus operandi” da Funai



Nos extremos da foto “representantes autênticos do povo indígena”.

O antropólogo Edward Luz entregou à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) documentos que comprovariam fraudes em pelo menos 17 processos conduzidos pela Funai. As denúncias indicam que dezenas de laudos antropológicos utilizados para desapropriar milhares de produtores rurais contêm graves irregularidades. Para

justificarem a presença de comunidades indígenas tradicionais em determinada área, os antropólogos contratados pela Funai teriam se valido de expedientes pouco convencionais, como a importação de índios de outros países e o atendimento de interesses de ONGs na liberação de vultuosos recursos públicos.

Luz, com a experiência de quem já trabalhou para o

governo na elaboração de laudos para a demarcação de terras indígenas, explica que chegou a hora de mostrar aos brasileiros “uma face pouco conhecida da Funai”. Ele relata que a raiz central de todos os problemas está na falta de transparência no sistema de demarcações, que vem permitindo uma série de manipulações. “A Funai detém o monopólio completo do processo, porque é ela quem promove, recebe as contestações e julga a validade delas”, diz Luz. Segundo ele, o esquema de corrupção começou a ser montado há 25 anos, com a infiltração e o aparelhamento de grupos radicais de esquerda e ‘ongueiros’, que viram no órgão um campo fértil para a implantação de um projeto ambientalista e preservacionista. “Só que a demarcação que está sendo proposta estabelece uma reforma agrária às avessas, com a retirada da terra de muita gente para dar para poucos”, argumenta.

O que era apenas ideologia acabou virando um grande negócio para ONGs, associações indígenas e organizações de suporte aos territórios criados, explica Edward. Segundo ele, entidades nacionais recebem recursos de ONGs estrangeiras para promoverem as demarcações de solo nacional. “Essa é uma acusação grave, porque estão tirando terra de cidadãos brasileiros sem indenização. O produtor não pode produzir, o índio não pode comercializar, não se pode extrair minério nem utilizar aqueles recursos hídricos. Se o impacto social é forte, o impacto estrutural é maior ainda”, revela o antropólogo. Luz ressalta que a versão esquerdista e preservacionista da Funai está fortemente influenciada por uma ideologia internacional e tem prevalecido sobre as demarcações conduzidas de maneira técnica e democrática. “Até agora não sabemos calcular quanto o país está sendo prejudicado com essas amarras ao desenvolvimento, que afeta a construção de ferrovias, rodovias, hidrelétricas e a extração de minérios”, lamenta.

As fraudes

O antropólogo explica que existem mil e uma maneiras de se fraudar um laudo antropológico. Uma delas é dar uma interpretação errônea ou omitir fatos importantes para que o governo brasileiro delibere sobre determinada terra. “E eu identifiquei 17 casos dessa natureza. Eu tive a curiosidade de ler e constatei, para minha surpresa, que essas fraudes são decorrentes de um compromisso ideológico, político e pessoal com a causa indígena”, conclui o pesquisador.

Lembra que “o índio está para o antropólogo assim como o consumidor está para o comerciante e o índio é que nem freguês, tem sempre razão” afirma, citando o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. “E na cabeça de um antropólogo quanto mais terra para os índios melhor. Os antropólogos praticam isso com uma força tremenda, não parece fraude, não tem o nome de fraude. Mas é, nitidamente, uma estratégia esperta e bem elaborada”, revela Luz. O antropólogo cita o caso da reserva indígena Apyterewa, no Pará, onde uma simples interpretação antropológica fez a área saltar de 276 mil hectares para quase um milhão de hectares.



Edward Luz

Os interesses envolvidos

Luz explica que, de parte dos indígenas, o reconhecimento de um território representa a chegada de benefícios sociais, como o Bolsa Família, saúde e educação especial. Para as lideranças dessas terras, o reconhecimento político e a possibilidade de viajar pelo Brasil e pelo mundo e participar dos principais fóruns de debates, um status bastante almejado por todos.

Segundo ele, há um alinhamento de interesses nas demarcações que se agregam em três grandes frentes: 1) interesse nos recursos da Amazônia, 2) estratégia política da extrema esquerda para atacar o desenvolvimento nacional e 3) o projeto de dominação estratégica de potências mundiais para frear o desenvolvimento do Brasil.

A Terra Indígena Guanabara, no município de Benjamin Constant (AM), na região conhecida como tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia) é outro exemplo. “Cidadãos peruanos que acabaram de migrar ganharam terra indígena brasileira e expulsaram cidadãos brasileiros que estavam ali há 30 anos. Isto é fraude, é deturpação dos direitos constitucionais”, ressaltou Luz.

Na Terra Indígena Maró, no município de Santarém (PA) Luz afirmou que essa demarcação foi financiada por uma ONG norte-americana, que teria pago US\$ 2 milhões para uma congênera brasileira reduzir o serviço.

Na Terra Indígena Morro dos Cavalos, em Palhoça (SC). Segundo o antropólogo, trata-se do primeiro exemplo de importação de índios para atender aos interesses econômicos de uma ONG. “Aqui vale a pena citar o nome da ONG responsável. É o Grupo de Trabalho Indigenista (GTI). Sabendo que a BR-101 seria duplicada, o GTI resolveu importar seu grupo indígena de olho na verba que seria paga pelos impactos ambientais produzidos pela construção da rodovia. Eles trouxeram de volta do Paraguai índios que há anos já não habitavam mais aquelas terras”. “O GTI resolveu criar seu grupo indígena para carregar a tiracolo, os Guarani-Kaiowá, grupos nômades que não guardam território”, detalhou Luz.

FAEP pede esclarecimento ao Mapa sobre 50 defensivos

Junho é o prazo fixado para o Ministério se pronunciar



É possível que você não saiba exatamente o que é Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina e Fipronil, mas eles são componentes de 50 produtos comerciais utilizados na pulverização de várias culturas, principalmente da soja.

Para evitar que se repitam episódios ocorridos no ano passado, quando, às vésperas do início do plantio da safra 2012/2013, o Ibama tomou a decisão unilateral de desautorizar o uso desses produtos, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette solicitou, mediante ofício, o posicionamento do Ministério da Agricultura.

Ocorre que em 2012, quando os produtores já haviam

adquirido os defensivos, a Defesa Agropecuária do Mapa e o próprio Ibama baixaram o Ato nº 1 (02.10.2012) estabelecendo períodos diferenciados de pulverização aérea de acordo com a região, mas não resolveu o problema.

No final de dezembro passado, depois de muitas reivindicações dos produtores, foi publicada a Instrução Normativa (IN) Conjunta nº 01/2013, que estabelecia:

- As pulverizações na época de floração estão proibidas, seja qual for a tecnologia de aplicação (aérea ou terrestre).
- Fora de época da floração e até o encerramento do processo de

reavaliação ambiental implantado pelo IBAMA ficam autorizadas as pulverizações aéreas em algodão, soja, cana-de-açúcar, arroz e trigo em que os registros indiquem esse modo de aplicação e uso nessas culturas na rotulagem, desde que não haja alternativa disponível ou viável. O engenheiro-agrônomo deverá anotar essa falta de alternativa na receita técnica.

- As empresas de aviação agrícola ficam sujeitas a algumas obrigações adicionais (medidas técnicas para reduzir a deriva e relatórios mensais) e os produtores rurais devem notificar os apicultores da região (em um raio de 6 km) com antecedência de 48 horas no mínimo.

O artigo 5º dessa IN definiu o estabelecimento de medidas governamentais assegurando a proteção de polinizadores e a proteção fitossanitária das culturas agrícolas. E determinava que o MAPA deverá apresentar ao IBAMA, até junho de 2013, “como contribuição ao processo já instalado de reavaliação do Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina e Fipronil, um estudo sobre o controle de pragas que se encontram abrangidas pelas indicações de uso desses ingredientes ativos, a ser elaborado por entidade de pesquisa com reconhecimento nacional”. Tal estudo deverá incluir:

I - Possíveis alternativas de controle químico e biológico das principais pragas e doenças das culturas em que se utiliza os ingredientes ativos acima indicados e realização de estudos comparativos de eficiência dos agrotóxicos e afins existentes, do ponto de vista fitossanitário;

II - Alternativas de manejo e práticas agrícolas para mitigação de risco a abelhas, contemplando, sempre que possível, restrições de uso, alteração de dosagem e combinações de ingredientes ativos com aqueles autorizados para o controle fitossanitário;

III - Identificação das épocas de floração por cultura, por cultivar e por região, com a identificação de alternativas de uso dos ingredientes ativos em reavaliação, compatibilizando a aplicação com a devida proteção em época de visitação pelas abelhas;

IV - Orientações dirigidas a apicultores e melipolinicultores para prevenção da ocorrência de danos provocados por agrotóxicos as suas atividades;

V - Orientações a profissionais para a recomendação de produtos e práticas que reduzam os riscos quando da aplicação de agrotóxicos;

VI - Orientação a agricultores para a proteção de polinizadores;

VII - Orientações específicas a empresas prestadoras de serviços de aplicação aérea e pilotos agrícolas para maior eficiência e segurança das aplicações;

VIII - Identificação de medidas de proteção específicas aos diferentes agentes polinizadores de culturas dependentes de serviços de polinização.

Parágrafo único. Os agrotóxicos e afins que disponham de indicação para uso no controle das pragas relacionadas no artigo 3º deste Ato, que apresentem indícios de redução de eficiência agrônômica, serão reavaliados pelo MAPA até o junho de 2013.”



Os neonicotinóides são a classe de um dos mais importantes inseticidas dos últimos anos. Esses compostos, na última década, tiveram uma grande expansão sendo utilizados em várias lavouras como defensivos.

Um paraíso do pequeno Lago

Fazenda Boa Vista, entre Castro e Ponta Grossa, completou um século de existência



A região dos Campos Gerais é conhecida pelo relevo ondulado onde o cultivo dos grãos divide o espaço com uma das maiores bacias leiteiras do estado (432 milhões de litros, IBGE 2010). É nessa região, entre Castro e Ponta Grossa, no Vilarejo do Lago, a exatamente 36 km dos dois municípios, onde se localiza a Fazenda Boa Vista, que este ano completou um século de existência. A propriedade é resultado de uma contínua “reforma agrária familiar” que gradualmente foi desmembrando os 9.000 hectares originais do início do século passado. Nessa época a região estava ocupada por extensas plantações de erva-mate, pinheiros, florestas de madeira de lei e a primeira sede da fazenda era uma casa construída em 1876 e dotada de monjolo e um engenho.

Entre os desmembramentos sucessivos coube à Jussara Bittencourt, 60 anos, bisneta de Manuel e Ernestina, que adquiriram a área, 316 hectares com água abundante, produção de grãos e pastagens, Reserva Legal excedendo os 20% exigidos e um rebanho de 220 vacas, todas com o respectivo nome. No comando desse

pequeno paraíso produtivo está Jussara, uma mulher empreendedora e até briguenta quando preciso conhece com a palma da mão a atividade leiteira. Há 18 anos no ramo, Jussara trabalha com seu irmão Vespasiano Bittencourt em sistema de condomínio.

Enquanto ele toma conta do plantio e do transporte de toda a alimentação dos animais, ela fica encarregada de cuidar da qualidade do leite, da sanidade animal, das questões trabalhistas e toda a parte que envolve as instalações e equipamentos de última tecnologia na propriedade. Com uma produção diária de 3.000 mil litros, o leite da Fazenda Boa Vista já tem um destino certo: a Cooperativa Batavo.

Ligada na tomada a “260 watts”, como ela brinca, Jussara não tem preguiça de enfrentar a labuta do dia a dia. “Acordo às seis da manhã e faço de tudo um pouco”, resume. E se for preciso, ela mesma faz o parto das vacas. Não perde tempo quando o assunto é qualificação, sempre está fazendo cursos e participando de palestras, além da presença constante nas reuniões do Conseleite, que reúne produtores e industriais do setor leiteiro. “Especialização é o futuro”,

define. Ela faz questão de conferir pessoalmente e fazer a coleta do leite todo mês, para depois ir à cidade e enviar a um laboratório de Curitiba. “Os dados que o laboratório me envia são fundamentais para eu controlar o manejo das vacas e da mesma forma produzir com qualidade”, avalia.

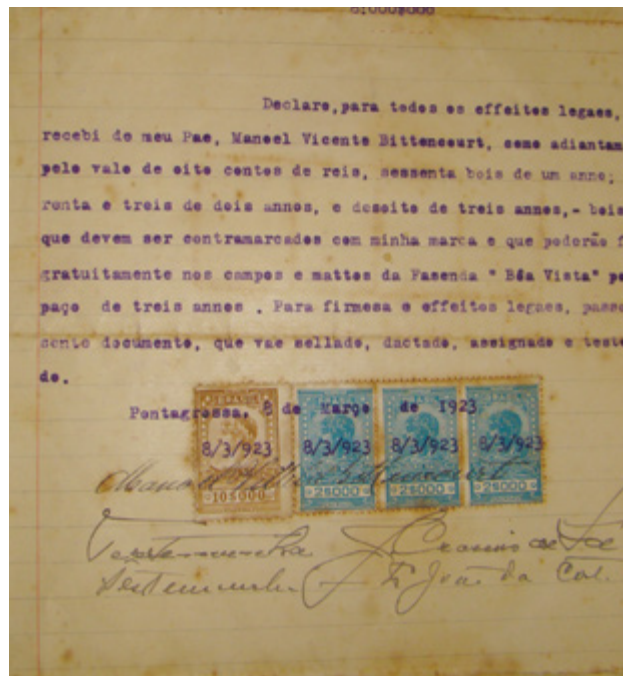
Jussara conta que um dos entraves na cadeia leiteira é a energia elétrica. “Vivemos num click rural, extremamente frágil. Qualquer chuva derruba a energia e o atraso na ordenha é suficiente para prejudicar as vacas, tão produtivas quanto sensíveis. Pronto, lá vem mastite, lá vem antibiótico, lá vem penalização na qualidade da matéria-prima”, lamenta. Para ela, ser uma produtora rural tem um peso muito grande. “Nossa responsabilidade é maior do que muita gente imagina. Sem contar os custos e a alta carga tributária para produzir. Portanto, acredite quando dizem que os leiteiros vivem de teimosos”, observa.

Acervo histórico



Viúva, mãe de três filhos, Caio, 36, Cassiano, 35 e Cássio, 34, e avó de Pietra, 6 anos e Davi, um ano, Jussara é formada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Quando não está trabalhando, carrega a tira colo uma câmera fotográfica para registrar as belas paisagens da fazenda. Há dois anos resolveu escrever um livro para guardar o acervo histórico da sua família. “Eu não queria que meus netos ou bisnetos perdessem esse contato com uma história tão rica, então decidi escrever o livro”, justifica. A obra “O Indez – nossa vida, nossa lida” (indez é o ovo mantido no mesmo lugar no ninho para que a poedeira volte a pôr ovos naquele mesmo lugar), discorre sobre cartas que Jussara envia à bisavó Ernestina Villela contando sobre a história da fazenda e da família.

Trecho do prefácio do “Indez”



“Ao primeiro relance de olhos nas cartas que foram enviadas metaforicamente e sentimentalmente à bisavó da autora ou como prefere chamá-la – sua “vó-nesta” – já se pode ambicionar o apanhado da costura elaborada entre a história de uma família e a História dos Campos Gerais e, em alguns momentos, do Brasil, desde o fim do século XIX. Em outros termos, a cadência e entrelaçamento de múltiplos relatos trazidos pela autora se confundem com a formação e a contextualização de uma parte do Paraná.

Poético em alguns momentos, político em outros. Divertido em certas passagens, crítico em outras. Lições de um jeito de vida campeiro, do e no mato, lócus que rememora a saudade, porto seguro de ensinamentos que necessitam de tradução para o atual mundo urbano, capitalista e movimentado.

Histórias de um comendador? Pedro II em Ponta Grossa? Polaca irreverente? Muitas outras perguntas serão levantadas, as quais, aos poucos, carta à carta, são respondidas, ou melhor, contadas, no melhor termo em que se possa refletir sobre a palavra “contar”, um diálogo que traz o leitor à história como o vizinho que tomará um cafezinho com a compadre e a comadre.

Para um leitor desavisado ou desprezioso está obra pode até parecer uma simples história de família, relatos apaixonados de um de seus membros. Deixo aqui meu alerta de cuidado, pois, sua autora transforma histórias de família em História com “H” maiúsculo.

O presente livro expressa algo que o poeta Mario Quintana já havia prenunciado: “O tempo não pára! Só a saudade é que faz as coisas pararem no tempo...”

Jonathan de Oliveira Molar

Sedenta por matéria prima

Polo da nata moveleira do país, Arapongas investe em busca de matéria prima

Por Osvaldo Petrin, de Arapongas

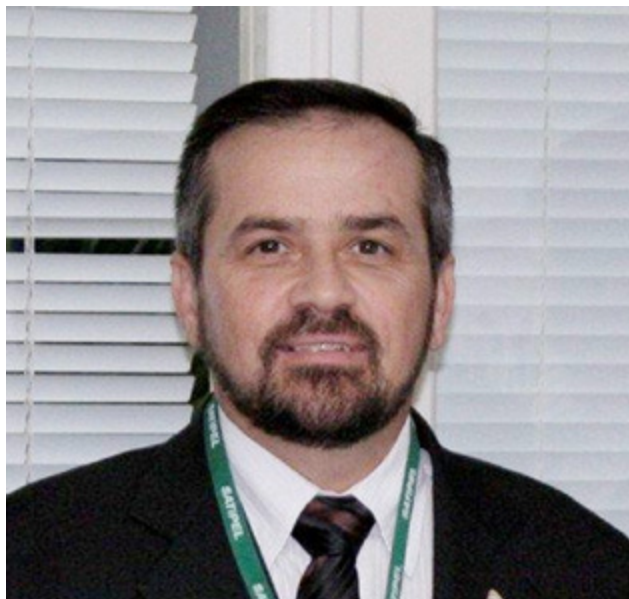


Nas décadas de 1950 e 1960, as densas matas que cobriam o norte –aranaense deram lugar ao plantio de café e cereais. Não poderia se imaginar que aquelas toras caídas, que lhes pareciam estorvo, um dia seriam a lavra mais valiosa entre os frutos da terra. Não foi preciso se completar meio século, pouco tempo tratando-se sob a perspectiva histórica, para essa constatação. Restam no norte e noroeste do Paraná poucas matas naturais ainda com as árvores exuberantes de outrora.

Em compensação, surgiram imensas áreas de plantio e pastagem. Da madeira nobre o que sobrou - porque sobreviveu ao fogo do roçado - é disputado, hoje, a preço de ouro. Mas essa disputa

não ocorre porque existe um comércio formal. Esse comércio acabou. A disputa agora é pelo madeiramento, já utilizado nas construções antigas a serem desmanchadas. Com alguns defeitos, causados pelo uso e o desgaste natural da exposição ou sol e chuvas, a madeira velha ainda pode ser encontrada em raros depósitos que a tratam como relíquia. Seu emprego está limitado à restrita fabricação de móveis rústicos para residências coloniais cujos interiores são requintados e remetem para uma época distante, do tempo da colonização. Esse comércio não é o forte do setor, a julgar pela avaliação do industrial Marco Aurélio Tudino.

A disponibilidade é limitada, mas a demanda é exigente.



Tudo igual

Enquanto isso, a indústria moveleira se moderniza e adota novos designs. Hoje, o polo moveleiro de Arapongas, por exemplo, só utiliza matéria-prima renovável, de reflorestamentos. No caso das indústrias de “móveis de painéis” (guarda roupas, mobiliário de cozinhas, racks e estantes), a matéria-prima vem dos grandes fornecedores nacionais (Duratex, Eucatex, Masisa, Placas do Paraná e Berneck), que também priorizam madeiras de reflorestamentos.

Novos conceitos, design avançado, profissionais qualificados, tudo isso amenizou mas não substituiu a preocupação a matéria-prima no polo de Arapongas, que apresenta a melhor qualidade da indústria brasileira. A madeira ideal desses novos tempos não vem da mata virgem, vem das florestas de eucalipto, que tem crescimento rápido. Nem por isso é suficiente, porque o eucalipto, hoje, também é ambicionado por outros tipos de indústrias. A indústria de energia é um grande consumidor ao lado da construção

civil, como se pode constatar junto às indústrias de móveis.

Cerca de 15 anos atrás, o Sindicato da Indústria Moveleira de Arapongas (SIMA) se antecipou ao agravamento da escassez e partiu para a produção de mudas para dar suporte à implantação de florestas de eucalipto. O diretor executivo do SIMA, Silvío Luiz Pinetti observa que a indústria moveleira de Arapongas tem investido em design e principalmente em máquinas de última geração, iniciativa que tem garantido melhor desempenho, aumentando a quantidade produzida e obtendo um melhor acabamento. Uma dificuldade apontada pela indústria “Nós acreditávamos na possibilidade de atingir a autossuficiência, porém a escassez de madeira para a produção de energia impõe que florestas sejam cortadas prematuramente, restando pouco corte final desejável para madeira ideal para móveis”, afirma o diretor Pinetti. observa que a indústria moveleira de Arapongas tem investido em design e principalmente em máquinas de última geração, iniciativa que tem garantido melhor desempenho, aumentando a quantidade produzida e obtendo um melhor acabamento. Uma dificuldade apontada pela indústria “Nós acreditávamos na possibilidade de atingir a autossuficiência, porém a escassez de madeira para a produção de energia impõe que florestas sejam cortadas prematuramente, restando pouco corte final desejável para madeira ideal para móveis”, afirma o diretor Pinetti.

Outra dificuldade, apontada pela indústria, está nos preços da terra na região, muito valorizadas, nos últimos anos, o que estimula a opção pelo plantio de grãos. Os reflorestamentos, porque não têm liquidez imediata, são empurrados para topografias irregulares. Mas são poucas na região. Por este motivo, segundo Pinetti, jamais será possível produzir toda madeira consumida pelo pólo moveleiro. Ele dá um exemplo: o pólo moveleiro de Arapongas abrange 35 municípios, com 818 indústrias em operação. Dificilmente o setor vai conseguir florestas de grande porte devido ao elevado preço das terras e a disputa pela matéria-prima. A madeira consumida em Arapongas vem de reflorestamentos paranaenses. O pinus vem de diversas regiões e o eucalipto de Telémaco Borba; o maior fornecedor é a Klabim, indústria de celulose.





Renda e sustentabilidade

O Programa de Auto Sustentabilidade de Matéria-Prima para o Pólo Moveleiro do Norte do Paraná (SIMFLOR) espera suprir a demanda anual de 120.000 metros cúbicos de madeira serrada destinada às indústrias de estofados e cama, sediadas no eixo Londrina – Arapongas – Maringá. O Programa oferece oportunidade de diversificação da renda, informa o engenheiro agrônomo Fernando Martin, da Emater e coordenador do SIMFLOR.

O manejo florestal garante a sustentabilidade a outras cadeias produtivas do setor agropecuário: fornece a lenha necessária para a secagem e industrialização de grãos; lenha e cepilho para as granjas de frango e de cavacos para geração de energia às indústrias desse setor. Segundo a Avipar (que representa avicultores), para cada 1.000 frangos industrializados são consumidos 2 metros cúbicos de madeira.

A madeira é fonte barata e renovável de energia, excelente alternativa para substituir o combustível fóssil, observa o engenheiro Fernando Martin. Por ser um produto pesado, o custo do transporte inviabiliza a sua produção em outras regiões. Por esse motivo as florestas devem ficar perto do centro de consumo, onde se concentra maior número de indústrias.

Como faltam mudas de qualidade na região, o sindicato instalou em Arapongas um viveiro florestal capaz de produzir mudas com as especificações técnicas exigidas. O viveiro tem capacidade para 2,0 milhões de mudas para ocupar 1,1 milhão de ha. Para envolver empresários na proposta e dar início ao fomento, o sindicato implantou o Condomínio Florestal Fazenda SIMFLOR, com 500 hectares, situada na divisa dos municípios de Ortigueira e Mauá da Serra. Participam 33 produtores cultivando 278 ha de Eucalipto e 32 ha de pinos, todos manejados para o múltiplo uso. No primeiro manejo, seis anos atrás, a produção de madeira foi para a Indústria de papel e celulose. Atualmente está sendo realizado o segundo manejo na área obtendo-se 90% da madeira em tora, comercializada

a R\$ 110,00/t posto serraria. Após serrada, a tora é consumida pelas indústrias do pólo moveleiro de Arapongas e 10% restante de madeira fina, está sendo comercializada como lenha, destinada a produção de cavaco para geração de energia. É comercializada ao valor de R\$ 75,00/t posto serraria.

“Essa produção florestal, além do resultado econômico aos empreendedores, consolida a cadeia de madeira serrada da região”, observa Fernando Martin. Segundo ele, todos os anos, 400 novos produtores aderem ao programa, plantando 800 ha de eucalipto, o que corresponde, em média, ao plantio de dois hectares por propriedade, em áreas de baixa aptidão, que exigiriam altos investimentos de capital e tecnologia para viabilizar a produção agrícola. Implanta-se ainda mais 10 ha por ano, no sistema silvipastoril, proporcionando, com essa integração, o conforto animal que colabora em muito no aumento da produção pecuária e garante, num ciclo de 15 anos, um acréscimo de renda média equivalente a R\$ 1,5 mil por há/ano, obtida com a produção de madeira destinada ao múltiplo uso (lenha e tora para serraria).

Dependendo do tipo de solo e topografia, num hectare de maciço florestal de eucalipto é possível se obter uma renda líquida, em 15 anos, de R\$ 40 mil, sendo R\$ 10,6 mil obtida aos no manejo realizado no sexto ano; R\$ 7,7 mil com o manejo realizado no nono ano e R\$ 21,7 mil no corte final aos 15 anos, o que representa a uma renda líquida média anual de R\$ 2,6 mil/ha e um valor líquido de R\$ 19.213,64/ha, a uma taxa de remuneração sobre o capital produtivo de 6% ano.

Os Dividendos do Pólo Moveleiro de Arapongas

A base territorial do SIMA abrange 34 municípios, possuindo 841 indústrias moveleiras filiadas. | Em Arapongas são 163 empresas | Em toda base territorial, são 841 indústrias moveleiras que geram 22.556 empregos, sendo 18.076 diretos e 4.480 indiretos | As 163 indústrias moveleiras localizadas em Arapongas geram de 14.343 empregos, sendo 11.333 diretos e 3.010 indiretos. | O Pólo é o maior consumidor de chapas aglomeradas e compensadas do Brasil. | O Pólo de Arapongas detém 10% das exportações Brasileiras de móveis. | O viveiro de mudas criado para fomentar o desenvolvimento sustentável do setor, tem capacidade para 3 milhões de mudas por ano. | O Pólo Moveleiro de Arapongas atinge 9,88% de participação no PIB de móveis no Brasil. Isso significa que de cada 100 peças mobiliárias fabricadas no Brasil, 10 são paranaenses de Arapongas. | O Consumo mensal das indústrias de móveis baseadas em Arapongas é de 84.000 metros cúbicos/mês (atingiu a marca de 90.300 metros cúbicos em Dezembro de 2012).

Parabéns Benedito



Nos últimos tempos muito se fala da inviabilidade em se manter numa pequena propriedade rural e realmente sabemos que as dificuldades são diversas. Porém, o Boletim Informativo da FAEP - 1215 trouxe uma matéria na página 03 que me fez ler e reler por várias vezes. O exemplo do sr. Benedito Osório Carvalho que se mantém numa pequena propriedade rural nas margens da PR-436, deveria ser mostrado também para secretários municipais, estaduais e até mesmo na esfera nacional, principalmente aqueles que “ocupam”



cargos relacionados a área rural.

A matéria mostrou que ainda é possível o homem do campo ter sua prosperidade mesmo numa área pequena. Acredito que, se o governo tivesse mais ação efetiva e menos falácia - não adianta apenas concessão de crédito, se tivesse acompanhamento, orientação técnica entre outras iniciativas, obviamente o pequeno produtor iria preferir se fixar no campo. Não iria se desfazer de sua pequena propriedade e se aventurar nas grandes cidades em busca de sustento para sua família. Em muitos casos, “dá com os burros n’agua”, pois sem qualificação acaba sendo vítima da exploração da mão de obra e se vê obrigado a vender sua força de trabalho por um valor baixo e sem perspectiva de progresso.

O Estado do Paraná possui aproximadamente 474 mil pequenas propriedades (até 4 módulos), imaginamos a quantidade de pessoas que sobrevivem nessas propriedades. Se considerarmos, a nível de Brasil, temos hoje uma população de quase 30 milhões de pessoas na área rural (IBGE 2010). Atualmente, as características e o modelo do processo de crescimento econômico é sempre diminuir o percentual das pessoas que residem em área rural. Muito embora a tecnologia no campo substitua a mão de obra, sabemos que quem fica na área rural deve produzir para se manter, mas também para manter os que foram para a cidade.

Em breve podemos ter gente demais nas cidades e gente de menos na área rural. É preciso intervir. Parabéns ao Sr. Benedito que serve de exemplo para milhares de pequenos proprietários rurais que persistem e lutam com suas atividades. Parabenizo também a FAEP que, através do Boletim Informativo, nos trouxe o exemplo de que com boa gestão a pequena propriedade pode proporcionar sucesso.

Às vezes precisamos de determinados profissionais como advogado, médico, arquiteto, engenheiro, economista, etc..., no mínimo uma vez em nossa vida. Mas do homem do campo, precisamos dele no mínimo três vezes por dia. Portanto, ele precisa ser incentivado para se manter de pé.

Luiz Gomes dos Santos, Economista, Funcionário Público Estadual em Cornélio Procópio e Pequeno Proprietário Rural, em Nova América da Colina (PR).

Índios

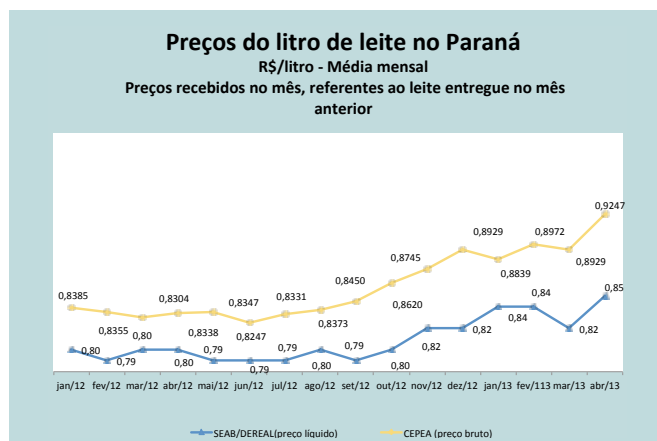
Parabéns pela reportagem sobre a questão indígena no boletim 1214 e pela disposição do Deputado Osmar Serraglio de abraçar a causa dos ruralistas. Não vamos deixar o assunto esfriar.

**Alberto Eduardo Rings
Maringá- PR**

CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES/INDÚSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ – CONSELEITE–PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 05/2013

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 14 de maio de 2013 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em abril de 2013 e a projeção dos valores de referência para o mês de maio de 2013, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes. Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada “Leite CONSELEITE IN62”, que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil células somáticas /ml e 600 mil ufc/ml de contagem bacteriana.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA -PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - ABRIL/2013

Matéria Prima	Valor projetado em abril /2013	Valor Final abril 2013	Diferença (final-projetado)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7733	0,7894	0,0161

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” corresponde ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA -PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - ABRIL/2013 E PROJETADOS PARA MAIO/2013

Matéria Prima - Valores finais	Valor final abril/2013	Valor projetado maio/2013	Diferença (projetado-final)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7894	0,8175	0,0281

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” correspondem ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de maio de 2013 é de R\$ 1,5611/litro.

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 14 de maio de 2013

RONEI VOLPI Presidente

WILSON THIESEN Vice - Presidente

Bônus de qualidade

Produtores do Programa Leite da Criança ganham incentivo



Os produtores de leite terão um bônus pela qualidade do produto entregue ao programa “Leite das Crianças”, em valor que será definido pelo Sindileite e pela secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária. A decisão foi anunciada no último dia 14, em reunião do Conseleite e que teve a participação do secretário do Trabalho, Luiz Claudio Romanelli, titular do órgão que substituiu desde julho de 2012 a Secretaria de Agricultura como gestora do Programa.

Diariamente o programa adquire 150 mil litros de leite dos produtores de todo o estado e que são distribuídos à famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. “O mercado de leite é muito importante para a economia do estado e principalmente para os que atuam na agricultura familiar. Queremos ampliar o programa que hoje atende crianças com idade entre seis a 36 meses”, disse Romanelli.

O secretário informou ainda que o governo quer criar na região central do estado uma nova bacia leiteira com a atuação de uma agroindústria para impulsionar a economia regional. “A produção de leite tem o poder de desencadear nos pequenos municípios um

efeito positivo gerando recursos no curto prazo, melhorando a geração de emprego e a renda das famílias envolvidas”, disse.

“O Programa Leite das Crianças tem um grande valor tanto para as famílias que recebem o leite como para a rede de produtores que participam do processo de produção da matéria-prima”, comentou o presidente do Conseleite, Ronei Volpi.

Como participar do Programa Leite das Crianças.

Vale lembrar que o produtor não pode participar de forma individual, pois o programa só compra leite pasteurizado. Mas um grupo de produtores pode se organizar e montar um laticínio para participar. Siga os passos:

1º Passo – Baixar o edital de credenciamento no site do programa <http://www.leite.pr.gov.br/>;

2º Passo – Reunir os documentos solicitados no edital;

3º Passo - Encaminhar para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab) para a Comissão de Credenciamento;

4º Passo – Havendo novas demandas a comissão comunica o laticínio ou usina para iniciar o fornecimento. Para o período abril 2013/março/2014 o credenciamento já foi concluído, mas a coordenadora geral do programa Cristiane Puchevaillo Souza informa que ao longo do período novas demandas podem surgir e por isso é importante ter outros laticínios já credenciados.

Também participaram da reunião o diretor de Operações do Sebrae, Julio Cezar Agostini, o diretor geral do Senai, Marcos Seco, a coordenadora geral do programa Leite das Crianças, Cristiane Puchevaillo Souza, o gerente de Desenvolvimento de Negócios e Agronegócios da Agência de Desenvolvimento do Paraná, Jean Carlos Alberini, além do presidente do Sindileite e vice-presidente do Conseleite, Wilson Thiesen.

Um Raio X sobre a nova classificação do milho

Produtor confira as dicas para reduzir as perdas

Por Katia Santos

No dia 1º de setembro deste ano entra vigor a Instrução Normativa IN 60 do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (Mapa), que define a nova classificação oficial do milho. Essa classificação é utilizada para definir parâmetros de qualidade e identidade (formato, coloração, consistência) que são obrigatórios para o apoio à comercialização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e nas exportações e importações do grão.

A IN 60 classifica o milho em três tipos: 1, 2 e 3, de acordo, principalmente, com o índice de grãos avariados (ardidos, chochos, imaturos, fermentados, germinados, gessados ou mofados). Também são considerados aqueles que estão carunchados, quebrados, com matérias estranhas ou impurezas, entre outros itens. O tipo 1 é o que apresenta a menor quantidade de grãos com defeitos. O milho pode ser ainda classificado como Fora de Tipo ou Desclassificado.

TABELA 1 - Limites máximos de tolerância expressos em percentual (%)

Enquadramento	Grãos avariados		Grãos quebrados	Matérias estranhas e impurezas	Carunchados
	Ardidos	Total			
Tipo 1	1,00	6,00	3,00	1,00	2,00
Tipo 2	2,00	10,00	4,00	1,50	3,00
Tipo 3	3,00	15,00	5,00	2,00	4,00
Fora do tipo	5,00	20,00	Maior que 5,00	Maior que 2,00	8,00

* Tabela oficial da IN60

A nova classificação do milho, na opinião da engenheira-agrônoma e instrutora do SENAR-PR, Ivonete Rasêra, traz benefícios ao produtor rural que terá critérios claros para fazer a classificação. “A nova IN mescla critérios utilizados na Argentina e Estados Unidos. A grande vantagem é que os percentuais de defeitos estão mais delimitados o que diminui os descontos e conseqüentemente melhora a rentabilidade do produtor”, afirma.



Ivone destaca os principais pontos que serão alterados:

- 1) A identificação do defeito ardido e seus percentuais. Ardido: alteração total da cor característica pela fermentação devido alta umidade e calor.
- 2) Identificação do defeito quebrado: usando as peneiras com crivos circulares de 5mm e 3 mm, somente considerando como quebrado o que passou na peneira 5mm e ficou retido na peneira de 3mm.
- 3) Introdução do defeito gessado.
- 4) Separação do conjunto dos grãos avariados, os defeitos quebrados e carunchados com percentuais individuais para cada .
- 5) Defeitos avariados: ardidos, mofados, germinados, chochos, imaturos e gessados.

A instrutora sugere que o produtor de milho faça o curso oferecido pelo SENAR-PR - Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal - classificação de grãos. O curso é gratuito e tem



carga horária de oito horas. “Durante o curso o participante conhece as regras que estão em vigor e também parte dos novos parâmetros”, afirma.

Opiniões



Anton Gora e Ivo Arnt

O produtor rural e integrante da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, Anton Gora, de Guarapuava, vê as alterações da nova classificação do milho com certa apreensão. “Os índices e as tabelas da nova IN estão fora da realidade. Hoje o produtor não tem disponível uma semente de boa qualidade que permita produzir um grão de alto padrão. Faltam pesquisas, faltam variedades que permitam a produção com baixo índice de grãos ardidos. O produtor precisa aprimorar o manejo da cultura e ainda temos o clima que influencia muito”, avalia.

Um exemplo destacado por ele é o de grãos ardidos. Os índices estipulados, segundo o produtor, estão muito abaixo do que acontece no campo. “O mercado vai usar a nova tabela para comprar o milho e isso vai penalizar o produtor”, completa.

Ele lembra que os custos de produção estão altos e a tendência dos preços do milho este ano é ficarem estáveis. Gora informa que na região de Guarapuava quem planta milho tecnificado precisa obter uma produtividade acima de 150 sacas/hectare, só a partir desse volume que passa a obter rentabilidade com sua produção.

Já o produtor de grãos da região dos Campos Gerais e presidente da Comissão de Cereais da FAEP, Ivo Carlos Arnt Filho a nova classificação é um grande avanço. “A IN 60 equipara o milho produzido no Brasil aos grandes mercados como Europa, Estados Unidos e Argentina, o que facilita a exportação. As novas regras vão exigir uma nova postura do produtor paranaense em relação ao milho safrinha, pois o milho de verão é de excelente qualidade”.

Arnt lembra ainda que a qualidade do milho interfere diretamente na produção de frangos e suínos, quanto melhor o grão, melhores serão os resultados que esses produtores vão obter.

As ações da FAEP sobre a classificação do milho.



Reunião na Conab

A FAEP trabalhou em parceria com a Ocepar durante as consultas públicas e audiências feitas pelo Mapa sobre a classificação do milho. O trabalho dos técnicos das duas instituições evitou que os produtores rurais sofressem perdas com a mudança. Acompanhe:

- **Janeiro 2010** - Publicação da Portaria nº 4 colocando em consulta pública o novo padrão do milho. O prazo de recebimento das sugestões era julho de 2010. A FAEP conseguiu prorrogar esse prazo para 5 de janeiro de 2011. A proposta apresentada pelo governo federal preocupou o setor produtivo, pois estabelecia critérios muito rígidos, que excluíam grande parte da produção de milho paranaense.
- **28 e 29 de abril de 2011** - Realizada uma consulta pública na sede da Conab. A FAEP participou com 18 representantes e a Ocepar com oito. Juntas, as instituições utilizaram uma estratégia que evitou grandes perdas aos produtores rurais paranaenses. Um dos resultados obtidos foi que 30% a 75% da safra de milho 2ª safra do Paraná pudesse futuramente ser enquadrada como Fora de Tipo. Isso inviabilizaria, por exemplo, a comercialização de boa parte do milho do Paraná que é feita com apoio do governo com a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Essa comercialização é feita com base nas classes/tipos de melhor qualidade.

Após essa plenária que reuniu 43 representantes foi publicada a Instrução Normativa nº 60 oficializando o novo padrão de classificação para o milho. Essa IN deveria entrar em vigor em 1º de julho de 2012, mas em reunião posterior o prazo foi prorrogado.

- **No final de maio de 2012**, a Conab convocou nova reunião com o objetivo de realizar mais alterações na classificação oficial, que entraria em vigor em 30 dias. A FAEP participou com 26 representantes de sindicatos rurais, em sua maioria participantes da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas e técnicos. Enquanto que o Mapa e a Conab participaram com 15 representantes.

Nessa reunião foram apresentadas três propostas. A primeira, apresentada pela Conab, buscava quantificar e informar no laudo oficial a quantidade de pedaços de grãos sadios retida na peneira de 5mm, admitindo um limite máximo de tolerância de 15%. Não foi aceita pelos participantes da comitiva da FAEP. Acordou-se em quantificar e identificar no laudo oficial os pedaços de grãos sadios retidos na peneira de 5mm, mas não limitá-los. A Conab poderá colocar esse limite nos seus editais de compra de milho via AGF ou outro mecanismo.

A segunda proposta, também apresentada pela Conab, propunha prorrogar o início da vigência da IN 60 de 1º/7/2012 para 1º/9/2013. O que foi aceita por todos. Os resultados foram publicados na Instrução Normativa nº. 18, de 4 de julho de 2012, que altera os incisos IV e VI do art. 25 e o art. 31, todos da IN 60/2011, que estabelece o Regulamento Técnico do Milho.

A terceira proposta, apresentada na mesma reunião pelas empresas de classificação, pretendia incluir nos defeitos de “grãos avariados”, sem alterar os limites totais, os grãos ou pedaços de grãos sadios que apresentassem manchas ou perfurações decorrentes do ataque de insetos sugadores. Ela não foi aceita pela falta de resultados científicos comprovando que o ataque dos insetos nas lavouras, ao picar uma pequena parte dos grãos ainda na espiga, prejudica todo o restante da massa de grãos no armazenamento.

Como evitar as perdas

A classificação do milho acontece por fatores que alteram consistência, coloração e qualidade dos grãos. Esses fatores, segundo o engenheiro-agrônomo e técnico do SENAR-PR, Johnny Fusinato Franson, acontecem antes e durante o plantio e no processo de armazenagem

Para orientar o produtor no sentido de que ele evite ou minimize ao máximo suas perdas apresentamos agora uma descrição desses fatores.

Problema I

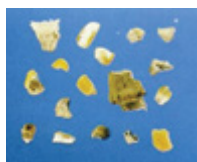
I – Manejo de cultura anterior ao plantio da safra de milho

Mesmo antes de iniciar o plantio da nova safra de milho o produtor deve ter cuidados com a cultura que antecede o cultivo desse grão. O produtor deve ficar atento ao manejo das plantas daninhas, que

podem gerar muita sujeira no campo e infestar a cultura do milho. Isso pode gerar:



a) Aumento de grãos quebrados. Porque o produtor não consegue regular a colhedora, devido ao excesso de sujeiras que entram na plataforma.



b) Impurezas (pedaços de milho, sabugo, palha e grão) que não servem para a comercialização e causam descontos na hora da compra da safra.



c) Matérias estranhas – outras plantas que não são o milho; torrão de terra; pedras e sementes de outras plantas.

Solução

Controlar adequadamente todos os problemas sanitários da cultura anterior. Buscar orientação técnica com um engenheiro-agrônomo.

Fazer o manejo integrado de pragas.

E usar de forma racional os defensivos agrícolas.

Problema II



II – Antes do plantio

Antes de adquirir as sementes o produtor deve analisar e escolher um híbrido ou uma variedade que não tenha suscetibilidade aos defeitos:

- a) ardido
- b) fermentado
- c) mofado
- d) gessado



Solução

Ler com atenção os catálogos dos produtos ou buscar uma orientação técnica com profissional habilitado. “Em alguns casos o produtor investe em uma semente cara, mas que na sua região não oferece resultados satisfatórios. Só a orientação técnica evita esse desperdício”, explica Franzon.

Problema III

II – Manejo da cultura do milho

A falta de um manejo adequado pode gerar defeitos nos grãos. São eles:

- a) Mofo – causado pelo excesso de umidade na hora da colheita. O, quando o produtor se antecipa ao momento mais adequado da colheita.
- b) Manejo incorreto da cultura causa um empalhamento inadequado da espiga (quando a ponta da espiga fica aberta).
- c) Ardido/fermentado/germinado – Quando ocorre muita chuva e a colheita muito adiantada.
- d) Chochos ou imaturos – Por manejo inadequado da adubação causada por excesso ou escassez da aplicação de produtos, ou ainda problemas climáticos.
- e) Grão quebrado/impurezas/matéria estranha – Defeitos causados por falhas na condução da cultura. Colheita com umidade inadequada e regulação da colhedora.

Solução

A solução para evitar os problemas acima é o manejo adequado da cultura, colheita no momento certo e regulação da colheitadeira.

Problema IV

Armazenagem (esta etapa normalmente é do comprador).

As operações inadequadas na armazenagem - Controle de temperatura e umidade - potencializam todos os defeitos citados anteriormente. O Caruncho é uma praga que já está junto do grão. Se o armazenador não faz o controle de pragas de forma adequada - na entrada do produto no armazém – a praga se desenvolve.

Curiosidades sobre a Cultura do Milho

São muitos os fatores que determinam a produtividade da cultura do milho um dos principais é o Stand (número de plantas por hectare).

O milho gosta de alternância de temperatura – dias quentes e noites com temperaturas agradáveis até 10º graus.

Para reduzir custo de produção, independente do produtor usar uma semente BT (transgênica) ou convencional, ele precisa fazer o levantamento de pragas na lavoura. Contar o número de plantas que foram atacadas pelas seguintes pragas: lagarta do cartucho; lagarta da espiga; broca – quantos colmos (pé da planta) foram atacados; percevejo barriga verde ou pulgão.

O CAR vem aí, mas...

O Ministério do Meio Ambiente vai oficializar o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural, mas há e surgirão muitas dúvidas e interrogações dos produtores rurais.

Com Hemely Cardoso



Satio Kayukawa, Gustavo Ribas, José Luiz da Fonseca Pereira e José Carlos Columbari

Satio Kayukawa, de Apucarana. “Se eu já tenho o Sisleg porque irei fazer o CAR? Ou se eu tenho cinco imóveis que ultrapassam 80 hectares, mas cada uma delas soma quatro módulos, como vamos fazer? Um cadastro só ou um cadastro para cada propriedade?”

O produtor e presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa, Gustavo Ribas, diz que os produtores estão apreensivos e observou: “Dentro do Sisleg, nós sabemos que foram feitos 120 mil cadastros e no CAR teremos que fazer mais de 500 mil cadastros. Como isso vai acontecer? Como eles vão entender todas as peculiaridades como posse, áreas contínuas, estradas passando no meio da propriedade, por exemplo?”

Para José Luiz da Fonseca Pereira, produtor em Jaguariáiva, o CAR apresenta muitas divergências principalmente em relação às pequenas propriedades. “Como vai ser definido o cadastro das áreas florestais e das áreas não florestais? Quem vai ser o responsável técnico por isso?”, indaga.

O presidente do Sindicato Rural de São Miguel do Iguaçu, José Carlos Columbari, questiona: “Como o IAP vai fazer a homologação desses cadastros?”

Sancionado em outubro do ano passado, o novo Código Florestal passou a exigir o Cadastro Ambiental Rural – o CAR –

tema que causa e causará dúvidas a muitos produtores sobre o preenchimento dos dados, e quando realmente o registro das informações da propriedade começará a funcionar. A plataforma da internet deveria estar pronta no início de abril, mas o prazo foi estendido para o final deste mês. No último dia 15, em Curitiba, em reunião da Comissão Técnica do Meio Ambiente do Sistema FAEP, foram avaliados detalhes sobre o CAR.

Somente no Paraná há 532.840 imóveis rurais, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) divulgou que há no Paraná 532.840 imóveis rurais, embora no Sistema Estadual de Registro de Reserva Legal (Sisleg) estejam inscritos 120.111 que exigem manutenção, recuperação e proteção da Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APPs). Os dados foram apresentados pelo diretor de desenvolvimento florestal do IAP, Mauro Scharnik. Muitos proprietários rurais por não se inscreverem no Sisleg foram notificados pelo IAP e outro tanto não o fizeram aguardando a aprovação do novo Código Florestal

Para agilizar a implantação do CAR, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos suspenderam o Sisleg, mas independente dessa medida, todos os proprietários de imóveis rurais deverão se inscrever no CAR. Essa é justamente uma das maiores dúvidas entre os produtores.



Como funciona

Através do site www.car.gov.br, o produtor criará uma senha, onde vai optar por pessoa jurídica ou física, preencher dados básicos como o número de CPF, RG, a data de nascimento. Em seguida terá de seguir esse roteiro no site:

- Na próxima etapa “Imóvel”, deverá colocar detalhes e descrições da propriedade, como o nome e a localização.
- Depois disso, no item “Detalhamento” preencherá dados como o número da escritura e a matrícula da propriedade, além de indicar se possui ou não área de Reserva Legal (RL), por exemplo.
- Em seguida em “Informações complementares” indicará se há ou não APPs e área de RL.

E na última etapa, “a Geo”, numa imagem de satélite o produtor demarcará a propriedade, localizará as APPs, as áreas de consolidados e a área de RL. O sistema então vai gerar um recibo de cadastro.

Qual o prazo da retificação?

“No início, como ocorre normalmente em processos de cadastro, vão surgir dúvidas. Mas o procedimento é simples e será como fazer uma declaração de imposto de renda”, disse o analista Bernardo de Araujo Moraes, do Ibama, numa exposição sobre o SiCAR, em Curitiba. Se, de fato houver semelhança, haverá possibilidade de retificação. Em qual prazo? É preciso que isso então seja estabelecido na legislação, evitando possíveis inseguranças jurídicas.

www.car.gov.br

Falhas

A plataforma apresenta algumas falhas que podem prejudicar os produtores rurais e atrasar a conclusão do Programa de Regularização Ambiental. A constatação é da FAEP, junto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) e o Sistema Ocepar, que encaminharam ofício no dia 13 de maio à ministra Isabella Teixeira, do Meio Ambiente, questionando

alguns pontos do registro eletrônico da propriedade.

Uma das falhas trata-se do desenho do imóvel para o CAR. O artigo 61-A, da lei nº 12561 de 25/04/2012, estabelece que as dimensões das APPs em áreas consolidadas ocorrem de acordo com o tamanho da propriedade, pelo módulo fiscal. Por exemplo, determina que a margem em qualquer curso d'água deve ser de 5 metros em propriedades de até um módulo fiscal. Para áreas que correspondem entre um e dois módulos fiscais, oito metros em cada margem e a imóveis superiores a dois módulos e até quadro módulos, o limite estabelecido é de 15 metros.

Acontece que pelo SiCAR o mapa do programa (a plataforma de preenchimento no site www.car.gov.br) tem as dimensões estabelecidas no capítulo II da lei nº 12651/2012, que considera as APPs:

- de 30 metros para cursos d'água até 10 metros;
- de 50 metros para cursos até 50 metros de largura;
- de 100 metros para rios de até 200 metros;
- até o limite de 600 metros para rios acima de 500 metros.

Assim, um pequeno produtor que pelo Código Florestal tenha a exigência de 5 metros de margem num curso d'água terá, em vez disso, 30 metros.

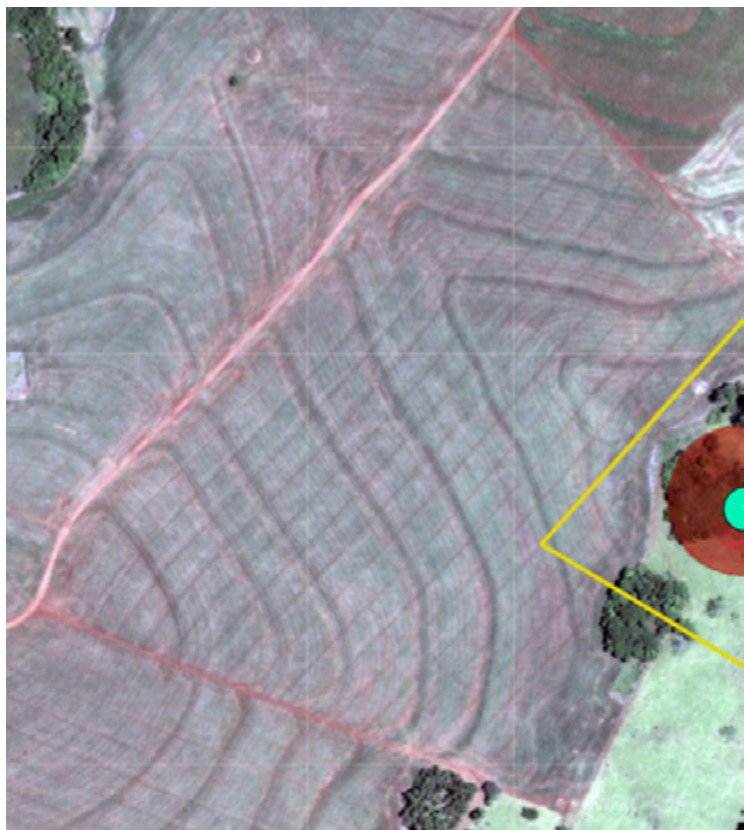
Além disso, para nascentes, determina uma proteção de 50 metros de raio e Reserva Legal, que no Paraná é de 20%. Essas dimensões valem para áreas não consolidadas, isto é, que não foram abertas ou desmatadas depois de 22 de julho de 2008.

Como esse não é o caso da maioria das propriedades das regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país (90% são menores a quatro módulos fiscais), a forma da apresentação final do mapa para o SiCAR gera insegurança aos produtores. Isso porque atribui a eles obrigações que não existem na legislação e gera um recibo que pode comprometê-los.

Por exemplo, ao emitir o recibo, o órgão ambiental já está notificando o proprietário, como se a área não fosse consolidada e amparada pelo artigo 61 do novo Código Florestal. Isto é, não obedece o decreto que separa o CAR, que deve ser uma fotografia atual do imóvel, do Programa de Regularização Ambiental, em dois momentos distintos.

O recibo menciona ainda que “este documento não substitui a averbação da RL, contrariando o que diz o art. 18 4º da lei nº 12651: O registro da RL no CAR desobriga a averbação no cartório de registro de imóvel”.

Diante disso, os presidentes do Sistema FAEP, Ágide Meneguette; do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski e da Fetaep, Ademir Mueller observam que o proprietário de área consolidada deve fazer o seu mapa de acordo a realidade atual. “Se existir alguma pendência ou inconsistência nas informações declaradas,



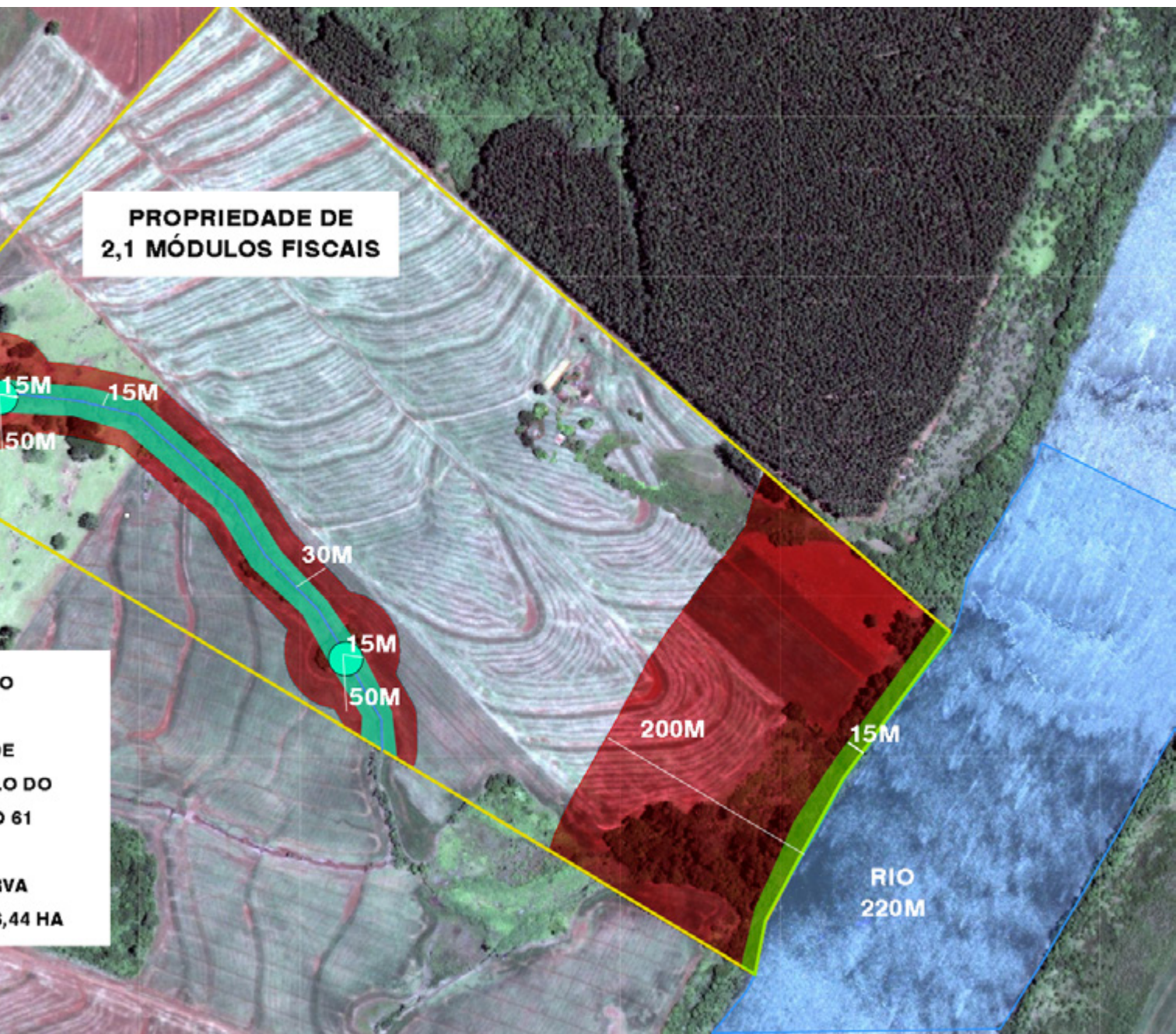
O MAPA MOSTRA AS EXIGÊNCIAS DO NOVO CÓDIGO FLORESTALEM RELAÇÃO A PROPRIEDADE DE 2,1 MÓDULOS FISCAIS AS DIMENSÕES DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM VERMELHO O MODELO ENVIADO PARA O CAR DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO PARANÁ EM VERDE DE ACORDO COM O ARTIGO 61-A DO CÓDIGO FLORESTAL QUE DETERMINA ÁREAS CONSOLIDADAS. NESTA PROPOSTA O PRODUTOR APRESENTA RESERVA LEGAL DEGRADADA DE 7,27 HA E APP DEGRADADA DE 6,12 HA



o órgão responsável deverá notificar o requerente, de uma única vez, para que preste informações complementares ou promova a correção ou adequação das informações prestadas (artigo 7 do decreto nº 7830 de 17/10/2012, que regulamenta o CAR).

SiCAR

O SiCAR irá integrar os dados do CAR de todos os estados. Por meio de site www.car.gov.br, será possível cadastrar as informações dos imóveis rurais, indicando localização,



perímetro, áreas de vegetação nativa, Áreas de Preservação Permanente (APP), de Reserva Legal (RL), e de uso restrito. A partir daí, o CAR opera como uma base de dados que integra informações ambientais das propriedades e posses, com diversas aplicações, seja para o controle e monitoramento do desmatamento, como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

O produtor que se cadastrar pode receber alguns benefícios, entre eles, a isenção de impostos na compra de insumos e equipamentos utilizados nos processos de recuperação e manutenção das de APP, de RL e de uso restrito (fio de arame, postes de madeira

tratada, bombas d'água, trado de perfuração do solo); obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores e prazos maiores que os praticados no mercado, segundo informações do site do CAR. Para os pequenos produtores rurais (até quatro módulos fiscais), o procedimento será simplificado, sendo obrigatória apenas a identificação do proprietário, a comprovação de posse do imóvel e a elaboração de croqui, que poderá ser feito sobre a imagem de satélite, indicando o perímetro do imóvel, a delimitação das áreas de interesse social e utilidade pública, assim como informações da localização dos remanescentes de vegetação



À esquerda Ágide Meneguette - FAEP, João Paulo Kostovski - Ocepar, Ademir Mueller - Fetaep e a direita a Ministra Izabella Teixeira

nativa, APPs, RL, áreas de uso restrito e áreas consolidadas.

A íntegra do documento encaminhado pelos Sistemas FAEP, Ocepar e Fetaep à ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente

Cadastro Ambiental Rural X Programa de Recuperação Ambiental
A minuta do Recibo de Entrega do Cadastro Ambiental Rural – CAR, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, contém equívocos que podem prejudicar os produtores rurais e atrasar a conclusão do Programa de Regularização Ambiental.

O Modelo do CAR, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, desenha o imóvel da propriedade de até 4 módulos fiscais, ignorando o artigo 61 da lei 12651 de 25/04/2012: “Nas áreas de preservação permanente é autorizada exclusivamente a continuidade das atividades agrosilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008”.

Pelo art. 61-As dimensões de áreas de preservação permanente em áreas consolidadas, variam de acordo com o tamanho da propriedade: em 5 metros de APP em cada margem para qualquer curso d’água em propriedades até 1 módulo fiscal; para áreas entre 1 e 2 módulos fiscais, 8 metros em cada margem; para imóvel superior a 2 módulos até 4 módulos, 15 metros. Estão, também, isentos de recompor a Reserva Legal, valendo o que existe de mata preservada na data de 22 de julho de 2008.

A ideia do Ministério, contudo, é que o mapa georreferenciado a ser elaborado pelo proprietário no CAR tenha as dimensões estabelecidos no Capítulo II da lei 12651/2012, que considera para qualquer propriedade que as APPs sejam de 30 metros para cursos d’água até 10 metros, de 50 metros para cursos até 50 metros de largura, de 100 metros para rios até 200 metros, até o limite de 600 metros para rios acima de 500 metros. Para nascentes, vale uma proteção de 50 metros de raio. E Reserva Legal, que no Paraná é 20%.

Estas dimensões valem para áreas não consolidadas, isto é, que não foram abertas ou foram desmatadas depois de 22 de julho de 2008.

Como esse não é o caso da imensa maioria das propriedades do Sul/Sudeste/Nordeste do país, 90% das quais menores de 4 módulos fiscais, a forma de apresentação final do mapa e a emissão do recibo trará uma grande insegurança aos proprietários, atribuindo a eles obrigações que não existem na lei. Muito mais prático considerar estas propriedades como consolidadas, como de fato são, do que partir de uma exigência que contraria a própria lei, gerando confusão.

O proprietário de área consolidada fará seu mapa conforme a sua realidade atual. Se existir alguma pendência ou inconsistência nas informações declaradas, o órgão responsável deverá notificar o requerente, de uma única vez, para que preste informações complementares ou promova correção ou adequação das informações prestadas” (art. 7 do decreto 7830 de 17 de

outubro de 2012, que regulamenta o CAR e o PRA.)

Da forma concebida pelo Ministério, ao emitir o recibo, o órgão ambiental já está notificando o proprietário, contudo de forma errada, como se a área não fosse consolidada e amparada pelo artigo 61 do Código.

Isto é, não está obedecendo o decreto que separa nitidamente o Cadastro Ambiental Rural, que deve ser uma fotografia atual do imóvel, do Programa de Regularização Ambiental, em dois momentos distintos.

O recibo menciona, ainda, que “este documento não substitui a averbação da reserva legal”, contrariando o que diz o art. 18, § 4º da lei 12651: “o registro da reserva legal no CAR desobriga a averbação no cartório de registro de imóvel”.

Desta forma vimos solicitar que o preenchimento do CAR obedeça ao que esta descrito no artigo 29 da lei 12651/2012.

Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

1º A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, que, nos termos do regulamento, exigirá do proprietário ou possuidor rural: (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012).

- I - identificação do proprietário ou possuidor rural;
- II - comprovação da propriedade ou posse;
- III - identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal.

Contando com o vosso apoio.
Respeitosamente

Ágide Meneguette

Presidente do Sistema FAEP

João Paulo Koslovski

Presidente do Sistema Ocepar

Ademir Mueller

Presidente da FETAEP

Treinamento da FAEP

O Sistema FAEP vai treinar o pessoal necessário para auxiliar os produtores rurais no preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Para isso, no entanto, será necessário esclarecer várias interrogações e equívocos já constatadas, como a construção da plataforma pelo Ibama (veja ao lado). A rede de 185 sindicatos da FAEP e as Regionais do SENAR-PR terá pessoal habilitado para responder os questionamentos.

Dificuldades reconhecidas

O CAR também foi o alvo das discussões durante sessão na Assembleia Legislativa do Paraná no último dia 15 de maio. Matéria divulgada, no dia 16 de maio, pelo jornal Gazeta do Povo, mostra que parlamentares, representantes do setor e do governo também questionaram como será feita a implantação da plataforma de dados. “É impossível para o estado implantar o CAR sozinho. Nosso papel é o de facilitador para municípios e associações”, disse o coordenador de Biodiversidade e Florestas da Secretaria do Meio Ambiente, Paulo de Tarso, durante a sessão.

Segundo a matéria, o setor ambiental do governo do estado, que inclui a Sema e o IAP, possui perto de 500 funcionários. Desse total, menos da metade deve atuar diretamente no CAR. “Será necessário formar pelo menos 1,5 mil multiplicadores de serviço público, sindicatos e instituições como o Crea-PR”, observou o diretor de Desenvolvimento Florestal do IAP, Mauro Scharnik. Ainda de acordo com o texto, na primeira leva, foram envolvidas 60 pessoas. Cada um desses 1,5 mil multiplicadores terá de promover o cadastro de 355 imóveis. Ou seja, se fizer um cadastro completo por dia útil, será necessário um ano e meio de trabalho.

Bidu!



A construção de ferrovias é mais importante para o país do que a duplicação ou ampliação da malha rodoviária. A avaliação é do presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo. Para ele, o país está invertendo a sua logística, pois faz o transporte de longa distância por meio das rodovias e utiliza as ferrovias apenas para curtas distâncias.

– E qualquer análise que se faça diz exatamente o contrário: a ferrovia é mais competitiva na longa distância e a rodovia é mais competitiva na curta distância. Nós temos um custo logístico muito alto em função dessa inversão, estamos transportando da forma errada, e a rodovia é estruturalmente mais cara do que as outras modalidades na longa distância – avalia.

Segundo Figueiredo, um único trem é capaz de substituir até 300 caminhões no transporte de cargas. Para ele, é preciso providenciar urgentemente a substituição do transporte rodoviário pelo ferroviário, porque isso vai impactar positivamente nos portos, no descongestionamento das rodovias, na travessia dos centros urbanos e na redução do custo logístico.

O Programa de Investimentos em Logística, lançado em agosto do ano passado pelo governo federal, prevê a duplicação de 7,5 mil quilômetros de rodovias e a construção de 10 mil quilômetros de ferrovias, com concessão à iniciativa privada.

A análise é perfeita, mas alguém viu recentemente algum investimento em logística?

Fonte: Agência Brasil

435 bi



A valorização dos preços da maioria dos produtos agropecuários no acumulado do ano, apesar das quedas registradas em março, elevou para para R\$ 435,3 bilhões, a estimativa de crescimento do Valor Bruto da Produção (VBP) em 2013, segundo estimativa divulgada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). De forma isolada, o setor agrícola deve faturar R\$ 269,4 bilhões, crescimento de 10,5% no ano.

Capenga

São necessários 78 mil contratos de créditos e financiamento junto ao Programa ABC (o braço financeiro que permite que o plano para uma agricultura de baixo carbono seja implementado) para que o Brasil atinja as metas de redução de gases-estufa em 2020, conforme o compromisso assumido na conferência do clima de Copenhague, em 2009. Mas em fevereiro havia apenas 3 mil contratos, e em maio, 6 mil. “Isso não é nada”, afirma Eduardo Delgado Assad, pesquisador da Embrapa e professor do mestrado em agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Disciplina

Com o repique de altas nos preços, esse é o momento de travar as vendas de milho. A análise é do consultor internacional de commodities Pedro H. Dejneka, que atua na Bolsa de Chicago, nos Estados Unidos. Na avaliação dele, os preços podem baixar lá na frente por causa da safra de milho nos Estados Unidos. “É claro, se tivermos outra complicação enorme no clima durante a safra, esta recomendação se altera. Mas tenho uma sensação que o clima deve se normalizar após este atraso inicial e que preços de soja e milho poderão estar bem mais baixos durante o segundo semestre”, observa. O importante, segundo ele, “é ter disciplina na hora de comercializar, porque o ser humano ainda é movido pela ganância”...

CPI da Funai

A baita confusão nas discussões da Medida Provisória dos Portos tirou da mídia a CPI da FUNAI e do INCRA. Mas ela foi protocolada no último dia 15, na Câmara dos Deputados. A CPI é destinada a investigar as fraudes da Funai e do Incra.

Com mais de 200 adesões, o documento aguarda agora a instalação pelo presidente da casa, Henrique Eduardo Alves, que já tem conhecimento da medida. O protocolo também será entregue ao vice-presidente da República, Michel Temer.

De acordo com Alceu Moreira, “a criação da CPI foi motivada pelas inúmeras denúncias encaminhadas aos ministérios da Justiça, Casa Civil, Procuradoria Geral da República e Advocacia Geral da União, todas documentadas, mas sem nenhuma resposta concreta por parte do governo”.

Alguns casos entregues ao governo são emblemáticos, como o da antropóloga que redigiu o laudo sob efeito de chá alucinógeno, o dos antropólogos que participaram da fundação de comunidades indígenas e posteriormente dos processos de demarcação e o dos grupos que estão reivindicando a sétima área diferente.

Os deputados Luiz Carlos Heinze (PP/RS), Jerônimo Goergen (PP/RS), Valdir Colatto (PMDB/SC) e Nilson Leitão (PSDB/MT) assinaram como coautores a CPI proposta por Alceu Moreira (PMDB/RS).

Pendurados



Mais da metade dos inadimplentes do comércio varejista em abril têm dívidas com valor acima de R\$ 500, de acordo com detalhamento do índice mensal de inadimplência feito pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), divulgado nesta quinta-feira (16).

De acordo com a pesquisa, 50,49% do total dos consumidores inadimplentes não têm dívidas com valores superiores a R\$ 500; enquanto 15,64% devem até R\$ 500; 18,17% têm dívidas de até R\$ 250; e o valor da dívida dos 15,7% restantes é de até R\$ 100.

De Quebec



No último dia 14 de maio, um grupo de 12 canadenses esteve na sede da FAEP, em Curitiba, para conhecer o agronegócio paranaense. A turma de jovens faz parte

do Sindicato dos Produtores Agrícolas de Quebec e da Federação da Nova Geração de Agricultores de Quebec, província de raízes francesas do Canadá. que está percorrendo várias regiões produtoras do Paraná para avaliar o panorama do agronegócio brasileiro. A maioria do grupo é formada por produtores de leite que se impressionou com o modelo do Conseleite, como constatou a engenheira-agrônoma Maria Silvia Digiovani, do DTE.

E nós...



A economia do Japão cresceu 0,9% entre janeiro e março deste ano na comparação ao trimestre anterior, avançando pelo segundo trimestre consecutivo e superando as expectativas, mostraram dados oficiais.

O avanço do PIB foi impulsionado pelo consumo privado, já que as políticas econômicas agressivas do governo começaram a ter efeito. O resultado ficou acima da previsão de economistas para um crescimento de 0,7% e da expansão revisada de 0,3% entre outubro e dezembro.

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) japonês se traduzem em um aumento anualizado de 3,5%, maior do que a previsão de economistas de um avanço de 2,8% e ultrapassando a expansão de 2,5% nos Estados Unidos no mesmo trimestre. Como se nota lá fora a economia está reagindo, resta saber os reflexos disso num certo grande país da América do Sul

TEIXEIRA SOARES



Mulher Atual

O Sindicato Rural de Teixeira Soares concluiu em 17 de abril mais uma turma do Programa Mulher Atual. Participaram do curso 21 produtoras e trabalhadoras rurais com a instrutora Caren Kelli Jenczmionki.

CAMPINA DA LAGOA



Pá carregadeira

Aperfeiçoar os participantes na operação e na manutenção de carregadeira sobre rodas (pá carregadeira) foi o objetivo do curso Operação e Manutenção de Pá Carregadeira oferecido pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa. O curso aconteceu de 8 a 12 de abril em parceria com a Prefeitura de Campina da Lagoa e Altamira do Paraná. Participaram 18 produtores e trabalhadores rurais com o instrutor Oltenir Hartmann, do Senat Cascavel.

MARIALVA



Empreendedor Rural

O Sindicato Rural de Marialva formou mais uma turma do Programa Empreendedor Rural (PER). O curso desenvolve o poder pessoal dos empreendedores no agronegócio, ampliando sua capacidade de influenciar nas transformações do setor e da sociedade. As aulas aconteceram na sede do sindicato para um grupo de 18 produtores e produtoras rurais. O instrutor do grupo foi Fernando Pizzani.

SÃO JOÃO DO TRIUNFO



Corte e costura

Desenvolver habilidades para a confecção de roupas foi o tema do curso Artesanato de Tecidos - confecção básica de vestuário (corte e costura) oferecido pelo Sindicato Rural de São João do Triunfo. As aulas aconteceram de 14 de março a 3 de abril no Salão Paroquial, para um grupo de nove produtoras e trabalhadoras rurais, que tiveram Janine Zolondek como instrutora.

ALTAMIRA DO PARANÁ



Forragicultura

A regional do SENAR-PR de Campo Mourão ofereceu o curso de Trabalhador na Forragicultura - estabelecimento, recuperação e reforma de pastagem, no município de Altamira do Paraná. O curso aconteceu no período de 16 a 18 de abril para um grupo de 11 produtores e trabalhadores rurais sob o comando do instrutor Edson Cristiano Gross.

SÃO JOÃO



JAA

O Sindicato Rural de São João realizou nos dias 11 e 12 de abril palestras para os alunos do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) das turmas do distrito Vila Paraíso e de São João. A primeira realizada foi com o reitor do Seminário Propedêutico Jesus de Nazaré, de São João, padre Vagner, com o tema Juventude e a Religião. E no dia 12 a palestra foi com o gerente técnico da Coasul, Paulo Roberto Fachin sobre Cooperativismo. Ao todo participaram dos encontros 32 jovens.

PEROBAL



Jardineiro

Empregar técnicas corretas de formação e manutenção de jardins com flores, gramados e outras plantas ornamentais foi a temática do curso Jardineiro - implementação e manutenção, oferecido pelo Sindicato Rural de Perobal, em parceria com o SENAR-PR entre os dias 17 e 19 de abril de 2013. O curso teve a participação de 12 produtores e trabalhadores rurais que tiveram como instrutora Fernanda Marcuz.

CIANORTE



Produção de alimentos

No dia 18 e 19 de abril o Sindicato Rural de Cianorte em parceria com a SENAR-PR ofereceu o curso Produção Artesanal de Alimentos – beneficiamento e transformação caseira de mandioca - básico em mandioca. As aulas práticas do curso aconteceram na cozinha industrial do sindicato com a participação 15 produtoras e trabalhadoras rurais. A instrutora foi Sílvia Lucia Neves.

O que os peixes respiram

O oxigênio que o peixe respira não é o oxigênio existente no composto H_2O . O peixe está respirando, na realidade, O_2 (gás oxigênio) que está dissolvido na água. O peixe “respira” o oxigênio dissolvido dentro da água, usando suas guelras. O principal motivo pelo qual as guelras funcionam para o peixe deve-se ao fato dele ter sangue frio, reduzindo a sua necessidade de oxigênio. Os animais de sangue quente, como as baleias, respiram o ar como as pessoas, pois seria difícil extrair oxigênio suficiente usando guelras.



Galo, pato, ovelha

Na vanguarda de Laika, cãozinho que foi mandado ao espaço pelos russos em 1957, três animais um galo, um pato e uma ovelha, compuseram o primeiro voo de balão de ar quente tripulado, em Paris, em 19 de setembro de 1783. O aparelho foi projetado pelos irmãos Montgolfiers, dois franceses apaixonados pela aeronáutica. O voo dos bichinhos percorreu o céu da capital francesa por cerca de oito minutos, movendo-se por 3,2 quilômetros.



la ser fogo

O que aconteceria se o oxigênio desaparecesse da face da Terra por apenas 5 segundos? As consequências de perder este elemento seriam catastróficas. Todas as pessoas na praia virariam churrasquinho instantaneamente, pois não teria proteção para os raios UV; o céu escureceria, já que as partículas de oxigênio refletem a luz; nossos ouvidos internos explodiriam; todos os edifícios de concreto desabariam, os oceanos evaporariam, por exemplo. Ao contrário, se aumentasse o nível de oxigênio nosso rendimento físico e mental melhoraria, mas teríamos que utilizar esta nova capacidade para lutar, por exemplo, contra insetos gigantes já que o tamanho dos insetos é proporcional ao nível de oxigênio. Briga boa.

Tsunami

O termo “tsunami” vem das palavras japonesas *tsu* (porto) e *nami* (ondas). O tsunami é uma onda ou uma série de ondas no oceano atingindo centenas de quilômetros. Estas “paredes de água” se deslocam à velocidade de um avião comercial, ou mais (800 km/h). O tsunami que devastou a costa nordeste do Japão há dois anos atingiu uma altura de 23 metros.



Nós e eles

Compare o tempo médio de teu sono com alguns animais:

Boi - 4 horas | Cão - 10 horas | Cavalo - 3 horas; | Elefante - 3 horas | Foca - 6 horas | Gato - 15 horas | Girafa - 2 horas | Golfinho - 10 horas | Leão - 18 horas | **Você é um leão ou uma foca?**



Na mosca!

A esposa chega em casa e encontra o marido com um mata moscas na mão, procurando as vítimas. Ela pergunta então:

- Querido, o que você está fazendo ?

Ele responde:

- Você não está vendo que estou matando moscas?
- E quantas você já matou?
- Matei 3 machos e 2 fêmeas!
- E como você saber quais são os machos e as fêmeas?
- É que 3 estavam na garrafa da cerveja e duas estavam no telefone.



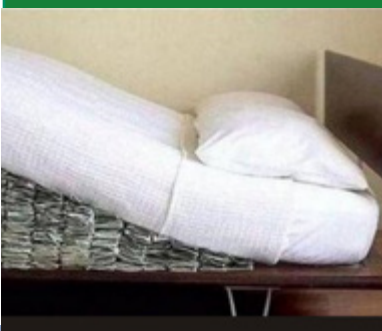
Besteirol

Essas são algumas “pérolas” do Enem de 2007 e todo ano as besteiras se repetem, mostrando que as orelhas de burro continuam crescendo.

- O Brasil não teve mulheres presidentes, mas várias primeiras-damas foram do sexo feminino.
- O Convento da Penha foi construído no século 16 mas só no século 17 foi levado definitivamente para o alto do morro.
- Os índios sacrificavam os filhos que nasciam mortos matando todos assim que nasciam.
- Bigamia era uma espécie de carroça dos gladiadores, puchada por dois cavalos.
- A principal função da raiz é se enterrar no chão.

Debaixo do colchão

Cerca de 40% dos brasileiros adultos, ou 55 milhões de pessoas, não têm conta em banco e continuam guardando o dinheiro “debaixo do colchão”. A soma desse dinheiro chega a R\$ 650 bilhões (US\$ 334 bilhões), segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em algumas regiões, como o Nordeste, o índice de adultos sem conta bancária passa de 50%. Muitos brasileiros ainda têm medo de ter acesso a crédito por causa das taxas de juros consideradas muito altas. Outro motivo é a alta incidência de analfabetos funcionais que temem manejar senhas eletrônicas e caixas automáticos.

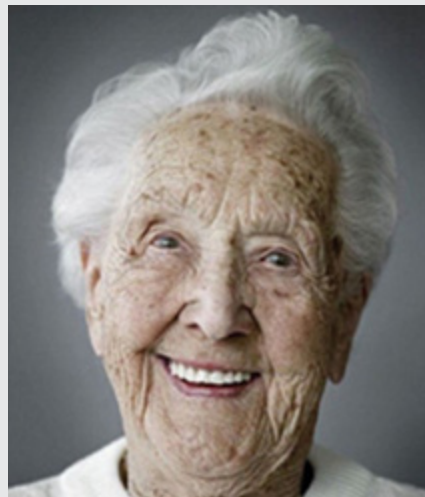


Bombona

Em 11 de março de 2003, a Força Aérea dos Estados Unidos testou uma das maiores bombas convencionais já construídas- a MOAB - Massive Ordnance Air Burst - que significa explosão maciça de munição aérea. É uma bomba projetada para destruir alvos altamente reforçados ou arrasar forças terrestres e blindados em uma grande área. A bomba pesa 9.525 kg, tem 9,1 m de comprimento e 1 m de diâmetro; é guiada por satélite, o que a torna uma “bomba inteligente e detonada a cerca de 1,8 metros acima do solo. A MOAB substitui a BLU-82, também conhecida como Daisy Cutter, bomba de explosão aérea de 6.800 kg, desenvolvida durante a guerra do Vietnã.



NÃO SEJA RABUGENTO E VIVA 100 ANOS



Eles sobreviveram a duas guerras mundiais, têm o rosto coberto de rugas, e muito mais histórias para contar do que qualquer outra pessoa. Mantém a vontade de sorrir apesar da idade – todos eles já completaram um século de vida.

Karsten Thormaehlen, um fotógrafo alemão, é o autor da série de imagens com mais de 40 pessoas, intitulada 'Jahrhundertmensch' ('Ser Humano Centenário', em tradução livre) premiada internacionalmente.

Num mundo onde a juventude é sinônimo de beleza, o fotógrafo mostra, com muita sensibilidade, o brilho no olhar dos idosos. Em suas fotos não há truques permitidos hoje pelos programas (photoshop) da informática. Mostram os bons velinhos como eles são.

Mas como viver até os 100 anos bem, disposto e feliz?

Tenha alegria, esperança e entusiasmo desde já. Muita gente vira rabugento ao passar dos 50, 60, 70 anos, detonando a vida, tornando-se depressivo, maldizendo a idade culpada por dores nas articulações, no óculos fundo de garrafa. É preciso ir se doutrinando desde cedo para não deixar este estado de espírito chegar, nem se instalar.

Os cientistas afirmam que a expectativa de vida está ligada à genética e também ao entusiasmo com a vida.

Ao contrário do mau humor, o bom humor faz bem para o corpo e para a alma.

Em outras palavras, é possível, sim, ir além das expectativas e sermos centenários também. Depende de quem e do que?

Da forma de encarar a vida e enfrentar os problemas. Esta é a resposta!

É preciso querer viver, aprender a driblar as adversidades, relevar, não levar a vida tão a sério e... manter o sorriso.

E lembre-se: as rugas que sorrir provoca são as marcas de uma vida bem vivida.

Em 2009, a ONU estimou que havia apenas cerca de 455 mil centenários do mundo. **Ué, por que você não pode aumentar essa estatística daqui alguns anos?**

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br